



## Certificação Digital no combate à corrupção e prevenção ao crime organizado

Egon Schaden Júnior (\*)

A partir deste ano, tudo se encaminha para que o País tenha o combate à corrupção e a prevenção ao crime organizado entre principais bandeiras do novo governo

Nesse sentido, historicamente a Certificação Digital se firma como uma das infraestruturas mais seguras e que pode, dentro das novas políticas de controle, ser uma excelente ferramenta para os vários órgãos governo. Há entre os atributos o fato de ser uma infraestrutura de raiz única, estruturada pelo Estado e reconhecida internacionalmente. A validação é feita sempre e obrigatoriamente de forma presencial, o que a torna ainda mais segura e com baixíssimos índices de fraude.

Além disso, todo e qualquer ato por meio de certificado digital requer, sempre, a presença do seu titular, já que ele é o único que pode utilizar sua chave privativa exclusiva. A implantação da Certificação Digital em empresas do governo e repartições públicas pode garantir o rastreamento seguro de todo tipo de operação, do simples envio de um e-mail ou uma ordem de serviço, a transferências financeiras para fornecedores. Todos os atos são rastreáveis.

No campo privado, muitas empresas já utilizam o certificado digital como forma de ampliar a segurança de suas atividades e também reduzir custos. Com a certificação digital deixa-se de imprimir documentos, de usar papel e insumos de impressoras, de autenticar documentos e reconhecer firmas, de produzir cópias de documentos e contratos. Mais que isso: como estamos falando de um ambiente virtual, todo o espaço físico para a guarda desses papéis passa a ser usado para outras finalidades.

Além disso, deixa-se de registrar extravios e outros incidentes que levam à perda desses documentos. Como se isso já fosse muito, com o uso de certificado digital se economiza muito dinheiro ao se evitar a contratação de mensageiros e o deslocamento de pessoas para a assinatura de contratos, que podem ser assinados de qualquer parte

do mundo com toda a validade jurídica e aceitação sem repúdio. Desta forma, as pessoas passam a ter mais tempo para se dedicar de forma mais determinada às suas atividades fins.

Esses procedimentos são absolutamente simples de serem implantados e a utilização facilita as operações e permite, o que é melhor, o rastreamento de todos os atos. Atuar num ambiente com o Certificado Digital é o mesmo que apor sua impressão digital em tudo. Em caso de dúvida ou de eventual falha, basta seguir os passos e levantar todos os que tiveram acesso ao procedimento em questão. De forma simples e rápida se chega ao autor ou autores.

A Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD), congrega as 6 maiores certificadoras brasileiras: ACBR, Certisign, Safeweb, Serasa Experian, Soluti e Valid. Todas têm papel destacado no mercado, estão habituadas à implantação de sistemas desse tipo em empresas de todos os portes e ramos e que adotam a assinatura eletrônica como forma de simplificar o dia a dia e tornar ainda mais sustentável a política de atuação junto à sociedade.

É preciso que se diga, também, que há no Brasil segmentos, como o Judiciário, no qual o certificado digital chegou e aos poucos acabou tornando-se a principal ferramenta para todo o segmento. Dos advogados aos juizes de última instância todos entenderam a eficiência e a confiabilidade que a certificação digital proporciona. O mesmo tem se dado no meio hospitalar. Muitos médicos e clínicas também estão adotando os prontuários eletrônicos dos pacientes como forma de simplificar e tornar mais confiáveis os atos no dia a dia.

Toda essa tecnologia está a serviço das autoridades. Temos convicção de que podem representar ganhos muito grandes no combate à corrupção e na prevenção ao crime organizado, seja no rastreamento de valores e/ou ações de pessoas, seja no controle da comunicação, fluxo de pedidos ou de encomendas.

A partir da Certificação Digital no padrão ICP-Brasil fica mais claro, inviolável e seguro.

(\*) - É presidente da Associação Nacional de Certificação Digital - ANCD.

# Brasil eleva nota, mas cai em índice de democracia

O Brasil caiu uma posição no "Índice de Democracia 2018", elaborado pela consultoria Economist Intelligence Unit, ligada à revista britânica The Economist, para medir o nível democrático de regimes políticos em 167 países

Apesar de ter melhorado sua nota de 6.86 para 6.97, a maior nação da América Latina saiu da 49ª para a 50ª posição, ultrapassada pela Colômbia.

Com boas avaliações nos quesitos "processo eleitoral e pluralismo" (9.58) e "liberdades civis" (8.24), o Brasil perde pontos nas categorias "participação política" (6.67), "funcionamento do governo" (5.36) e "cultura política" (5.00). O ranking qualifica a democracia brasileira como "imperfeita". Em seu relatório, a Economist diz que a eleição de Jair Bolsonaro como presidente mostra que os "rumores sobre a morte do populismo eram amplamente exagerados".

O ranking é liderado pela Noruega (9.87), seguida por Islândia (9.58), Suécia (9.39), Nova Zelândia (9.26) e Dinamarca (9.22). Canadá (9.15), Irlanda (9.15), Finlândia (9.14), Austrália (9.09) e Suíça (9.03) completam o top 10. Já os Estados Unidos aparecem apenas na 25ª posição, com 7.96, atrás de países como Uruguai (15ª, com 8.38), Maurício (17ª, com



O ranking qualifica a democracia brasileira como "imperfeita".

8.22), Costa Rica (20ª, com 8.07) e Chile (23ª, com 7.97). Os menos democráticos, por sua vez, são Coreia do Norte (1.08), Síria (1.43), República Democrática do Congo (1.49), República Centro-Africana (1.52) e Chade (1.61).

Também rendida ao populismo, a Itália, país-fundador da União Europeia, despencou 12 posições, da 21ª para a 33ª, com

uma nota de 7.71 - a anterior era de 7.98. Assim como o Brasil, a nação da bota é classificada como "democracia imperfeita", apesar de ser bem avaliada nos quesitos "processo eleitoral e pluralismo" (9.58) e "liberdades civis" (8.24). Porém o "funcionamento do governo" (6.07) e a "cultura política" (6.88) puxam a média para baixo.

"Na Itália, a queda da confian-

ça na política tradicional produziu uma retumbante vitória nas eleições parlamentares de março do antissistema Movimento 5 Estrelas (M5S) e da eurocética e anti-imigrantes Liga, que formam uma coalizão que adotou uma linha dura contra a imigração", diz a Economist. Segundo a publicação, existe um "risco de deterioração das liberdades civis" no país (ANSA).

## Senador apresenta projeto para legalizar maconha na Itália

O senador Matteo Mantero, do partido antissistema Movimento 5 Estrelas (M5S), registrou no Parlamento um projeto de lei para legalizar o cultivo e a venda de maconha e seus derivados na Itália. O texto, que se baseia em experiências já adotadas em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, propõe que cada pessoa possa cultivar até três plantas de cannabis ou se associar em grupos de até 30 indivíduos para o plantio - neste caso, o poder público precisaria ser notificado.

Além disso, autoriza a posse de até cinco gramas de maconha fora de casa e de até 15 gramas dentro da própria residência e muda o tratamento penal dado para punir condutas ilícitas, diferenciando drogas leves de pesadas. "A legalização da cannabis permitiria uma economia com custos ligados à repressão e absorveria boa parte dos lucros criminais do mercado negro", explicou o senador ao jornal "la Repubblica". Segundo Mantero, a legalização seria uma forma de "proteger a saúde pública", já que "tiraria o consumo de cannabis do mercado ilegal de produtos potencialmente nocivos".

A medida, no entanto, deve encontrar resistência no Parlamento. O M5S, partido com a maior bancada, governa a Itália em aliança com a ultranacionalista Liga, que é contra aprovar qualquer flexibilização para o uso de maconha. Dessa forma, Mantero terá de buscar apoio na oposição (ANSA).

## Confirmada a revogação da adesão ao Pacto Global para Migração

O presidente Jair Bolsonaro confirmou a revogação da adesão do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Na sua conta no Twitter, ele afirmou ontem (9) que a iniciativa foi motivada para preservação dos valores nacionais. "O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes", disse o presidente. "Não ao pacto migratório".

Em seguida, justificou a decisão. "Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros". A decisão foi comunicada ao Ministério das Relações Exteriores, que orientou o corpo diplomático a transmiti-la à ONU. O Brasil aderiu ao pacto em dezembro de 2018.

Anteriormente, Bolsonaro e o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, criticaram os termos do pacto. No último dia 2, em Brasília, durante reunião com o secretário de Estado norte-americano, Mike



Presidente Jair Bolsonaro confirmou a revogação da adesão.

Pompeo, Bolsonaro afirmou que tinha a intenção de retirar o Brasil do acordo. Segundo o presidente, o país vai adotar critérios rigorosos para a entrada de imigrantes. Após as eleições, ele afirmou que quem "não passasse pelo crivo" não entraria no país. Para o chanceler, o pacto é "um instrumento inadequado para lidar com o problema. A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país".

Fechado em 2017 e cancelado no ano passado, o pacto estabeleceu orientações es-

pecíficas para o recebimento de imigrantes, preservando o respeito aos direitos humanos sem associar nacionalidades. Dos representantes dos 193 países, 181 aderiram ao acordo. Estados Unidos e Hungria foram contrários. República Dominicana, Eritreia e Líbia se abstiveram. No final de 2017, existiam quase 25,4 milhões de refugiados em todo o mundo. Atualmente, apenas dez países acolhem 60% das pessoas nessa situação. Só a Turquia abriga 3,5 milhões de refugiados, mais do que qualquer outro país.

## Paraguai quer cancelar concessão de refúgio a três homens

O governo do Paraguai vai pedir ao Brasil o cancelamento, a revogação e a cessação do estatuto de refugiado concedido a Juan Arrom, Anúncio Martí e Víctor Colman. Os três foram processados pela Justiça paraguaia pelo sequestro de uma mulher há quase 18 anos. O vice-ministro das Relações Exteriores, Hugo Sagüier, anunciou a decisão ontem (9) depois de se reunir com o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez.

Sagüier que o Paraguai aguardava a posse do presidente Jair Bolsonaro para entrar com a solicitação. Hoje (10) ele se encontra em Brasília com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e entrega o pedido do governo paraguaio. A concessão do estatuto de refugiado é dada pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança. "Verificou-se que os refugiados violaram as normas internas brasileiras", afirmou o vice-chanceler.

Arrom, Martí e Colmán foram indiciados pelo sequestro de Maria Edith Bordón de Debernardi, mulher de um



Vice-ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Hugo Sagüier.

empresário paraguaio, em 2001. A mulher foi libertada, após pagamento de resgate, cerca de dois meses depois de ser capturada. Arrom e Martí acusam policiais de torturá-los e cobram indenização do Estado paraguaio. O governo do Paraguai recorreu e houve interferência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 7 de fevereiro, o Paraguai apresentará argumentos alegando que ambos são fugitivos da Justiça (ABR).

## Trump volta a defender muro e fala em crise humanitária

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a alegar que há uma "crise humanitária" na fronteira com o México, em um discurso à nação, no qual defendeu a construção do polêmico muro contra a imigração. "Há uma crescente crise humanitária na fronteira", disse. "Uma barreira na fronteira com o México é absolutamente essencial para a segurança", defendeu o republicano.

Trump também disse que o muro "é uma escolha entre o certo e o errado, entre justiça e injustiça". "Quando eu jurei para tomar posse como presidente, comecei a me empenhar e estou determinado em proteger o país. Isso que farei", prometeu. "Não queremos um muro porque odiamos as pessoas do lado de lá, mas porque amamos as do lado de cá". Segundo ele, "US\$ 5,7 bilhões para a segurança na fronteira é apenas uma questão de bom senso".

O Congresso e o presidente não conseguiram chegar a um acordo para o orçamento do governo, principalmente para o valor da verba a ser destinada



Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

ao projeto do muro. A maioria democrata na Câmara não aprova o montante de US\$ 5 bilhões para a construção. Sem aprovação do orçamento, várias agências federais e de serviços entraram em paralisação - que já chega ao 20º dia. Enquanto isso, Trump promete manter a posição e enfrentar o shutdown até que o Congresso libere a verba.

De acordo com uma pesquisa conduzida pela consultoria Politico-Morning, 47% dos americanos atribuem a Trump a culpa pelo shutdown. Além disso, 37% da população nega que haja uma "crise" na fronteira entre os Estados Unidos e o México, mas reconhece que existe um "problema". Para 12%, não há nenhuma "crise" nem "problema" (ANSA).

## Jovem saudita recebe status de refugiada

A jovem saudita Rahaf Mohamed al-Qununi, que havia feito uma barricada em um hotel na Tailândia para escapar da deportação, teve o status de refugiada reconhecido pela ONU. Segundo a BBC, as autoridades da Austrália, para onde Al-Qununi pretendia escapar, estudam "muito seriamente" a concessão de um visto humanitário. A jovem tem 18 anos e fugiu do Kuwait, onde passava férias com a família, rumo à Tailândia.

Ela diz ter sido vítima de "abusos físicos, emocionais e verbais" na Arábia Saudita, além de ter ficado aprisionada em casa durante meses, por ter renunciado ao Islã, crime punido com a morte no país. Ao chegar em Bangkok de avião, no último sábado (5), teve sua entrada recusada e ficou no terminal do aeroporto. Quando soube que seria deportada para o Kuwait, Al-Qununi montou uma barricada no quarto do hotel do aeroporto e filmou tudo pelo celular, impedindo a entrada dos agentes de segurança.

Seu pai e seu irmão também foram buscá-la na Tailândia, mas ela se recusou a encontrá-los. A Arábia Saudita é governada por uma teocracia ultraconservadora que segue uma versão extremista do Islã sunita. A monarquia mantém uma política de severas restrições às mulheres, que precisam de permissão de um homem para trabalhar, estudar, viajar e até passar por tratamentos médicos (ANSA).